O Custeio da educacao brasileira: Alternativas para enfrentar a dura realidade das instituicoes de ensino superior

Domingo Cericato
Alexandre Marino Costa
Pedro Antonio De Melo

Resumo:

O artigo analisa os problemas do custeio do ensino superior nas instituições públicas e privadas. Para tanto, parte-se de uma contextualização do ensino superior, frente às mudanças impostas pelo processo de globalização e de internacionalização dos mercados. São abordados aspectos do papel histórico desempenhado pelas universidades no desenvolvimento da sociedade. Apresenta-se o sistema de custos por atividade conhecido como ABC como uma metodologia que permite um controle mais efetivo dos custos universitários. Na questão do financiamento, identificam-se algumas das principais fontes de financiamento disponíveis e aponta-se para a necessidade de identificar e implementar novas formas de financiamento para o ensino superior, especialmente em instituições privadas, bem como a necessidade de uma melhor integração da universidade com o mercado. Conclui-se que o custeio do ensino superior representa um problema de difícil solução e que está a necessitar de investimentos públicos e privados para a sua solução.

Área temática: *Gestão de Custos nas Empresas do Terceiro Setor*

O Custeio da educação brasileira: Alternativas para enfrentar a dura realidade das instituições de ensino superior

Domingo Cericato (Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil) dcericato@via-rs.net
Alexandre Marino Costa (Universidade Federal de Santa Catarina –Brasil)marino@cse.ufsc.br
Pedro Antônio de Melo(Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil)
pedromelo@inpeau.ufsc.br

Resumo
O artigo analisa os problemas do custeio do ensino superior nas instituições públicas e privadas. Para tanto, parte-se de uma contextualização do ensino superior, frente às mudanças impostas pelo processo de globalização e de internacionalização dos mercados. São abordados aspectos do papel histórico desempenhado pelas universidades no desenvolvimento da sociedade. Apresenta-se o sistema de custos por atividade conhecido como ABC como uma metodologia que permite um controle mais efetivo dos custos universitários. Na questão do financiamento, identificam-se algumas das principais fontes de financiamento disponíveis e aponta-se para a necessidade de identificar e implementar novas formas de financiamento para o ensino superior, especialmente em instituições privadas, bem como a necessidade de uma melhor integração da universidade com o mercado. Conclui-se que o custeio do ensino superior representa um problema de difícil solução e que está a necessitar de investimentos públicos e privados para a sua solução.

Palavras-Chave: custo do ensino superior, financiamento do ensino superior; fontes de financiamento.

Área Temática: Gestão de Custos nas Empresas do Terceiro Setor.

1. Introdução

No contexto atual da economia onde praticamente desapareceram as fronteiras físicas, os negócios se internacionalizaram e as mudanças nos padrões organizacionais tornaram-se mais rápidas , a capacidade de adaptação e inovação , passam a ser condições fundamentais para que as empresa possam acompanhar o ritmo de mudanças com a mesma velocidade imposta e exigida por uma nova sociedade inserida num contexto mundial altamente competitivo.

Novos hábitos de consumo, consumidores mais exigentes, novos competidores, produtos com ciclo de vida reduzido, elevado índice de tecnologia e uma maior preocupação com o meio ambiente são apenas alguns dos desafios que as empresas modernas se deparam no seu cotidiano e necessitam se adaptar para continuar a crescer e prosperar num mercado altamente globalizado (CERICATO e MELO, 2004).

No enfoque sistêmico, uma organização não é um corpo isolado, mas um sistema que faz parte de um sistema maior. Neste sentido, um sistema pode ser compreendido como um conjunto de partes em constante interação, constituindo um todo sinérgico, onde as partes possuem a capacidade de influenciar o meio externo e ser por ele influenciado (CHIAVENATO, 1993)

Portanto, o cenário atual impõe a visão de que nos próximos anos só haverá lugar para as organizações seriamente comprometidas com a dinâmica e permanente adaptação do seu ambiente interno ao ambiente externo, este em constante e cada vez mais rápido processo de mudanças.

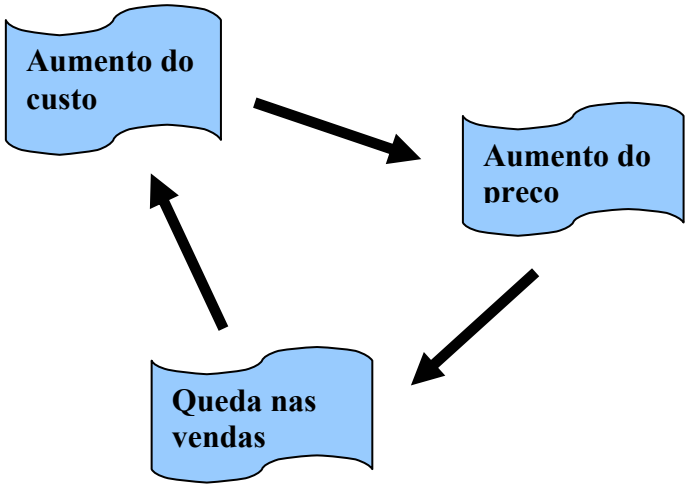
A propósito, Amaral (1999) afirma que os movimentos transformadores andam pari-passo com os movimentos impostos pela sociedade. Diz ainda que, assim como, a sociedade cria novos valores, alternando seu *modus vivendi*, também as suas necessidades de consumo se aperfeiçoam, tornando as pessoas mais exigentes para com os bens, produtos e serviços que suprem os seus desejos. O mercado responde com a sua adequação aos tempos, reestruturando-se de forma a corresponder aos anseios da sociedade.

Colossi (2002), afirma que inexoravelmente as Instituições de Ensino Superior, também são afetadas, isto é, participam deste processo de transformação, ainda que sem a mesma rapidez de outras instituições. Para o autor, este processo de transformações globais está exigindo uma nova postura das organizações universitárias, ou seja, uma forma diferente de administrar os seus recursos. Para tanto, é necessário que seus administradores desenvolvam atitudes novas, buscando novas estratégias e novas alternativas, que dêem sustentação as IES, frente aos novos ventos da mudança.

No atual cenário organizacional, há a necessidade das instituições de ensino superior prestar mais atenção ao que se passa na sociedade e começar a movimentar-se no sentido de complementar a visão pedagógica com uma visão empresarial que possa dar sustentação à instituição, assegurando-lhe condições para ofertar um ensino de qualidade que possa agregar valor às pessoas, à comunidade e à humanidade.

Atualmente, com a necessidade de recursos crescentes, o simples repasse dos custos para as mensalidades, certamente fará com que nas instituições de ensino superior, atinjam patamares proibitivos para uma parcela significativa da população brasileira, e consequentemente o acesso às mesmas, tenderá a se tornar cada vez mais eletizado.

Este processo, de simplesmente repassar os custos para as mensalidades, poderá desencadear um ciclo, que Bornia (2002) chama de "*espiral da morte"*, ou seja, um aumento nos custos produz um aumento do preço que por sua vez produz uma queda nas vendas, que acarreta um novo aumento dos preços, e assim por diante, até a quebra da empresa ou a interrupção do ciclo pelo administrador.



Fonte: (BORNIA, 2002), adaptado pelos autores
Figura 1 : A espiral da morte

A propósito, os dados do Censo do Ensino Superior de 2003, mostram que 42,2 % das vagas oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior privadas não foram preenchidas, ao passo que nas instituições públicas este índice foi de 5,01 %, o que leva Amaral (2003) a questionar, se as famílias brasileiras estariam atingindo o limite de sua capacidade de pagamento das mensalidades do ensino superior privado.

A construção de uma nova escola alinhada com os avanços tecnológicos e que atenda as necessidades atuais de seus alunos talvez represente o maior desafio da escola hoje e que e exigirá de seus diretores novas habilidades e competências, que serão necessárias para lidar com situações novas e intangíveis, bem como demandará uma soma de recursos cada vez maiores, em virtude da complexidade de seus laboratórios, do avanço tecnológico de seus equipamentos, da diversificação e atualização de suas bibliotecas, do aprimoramento de seu corpo docente, técnico e administrativo, bem como da ampliação sempre crescente de seus espaços físicos e instalações destinadas às atividades meio e fim.

As universidades brasileiras, por sua vez, atravessam momentos difíceis, ocasionados pela crise fiscal e financeira pela qual atravessa o país, ocasionando uma redução significativa dos recursos a elas destinados. Os compromissos externos do governo federal, de certa forma refletem no orçamento das universidades. O esforço de estabilização fiscal e financeira, que está presente no modelo geral de política econômica, preconizado pelas agências internacionais, tem repercutido significativamente na educação (LESSA, 2002).

Por outro lado, conforme Bornia (2002), uma das principais diferenças entre a empresa atual e antiga é a constante procura da melhoria em suas atividades. As empresas necessitam concentrar esforços na busca constante de seu aprimoramento, não apenas com inovações tecnológicas, mas também com a eliminação de desperdícios e conseqüentemente uma redução dos custos.

Por estes e outros motivos não menos importantes, as instituições de ensino superior vivem a muitos anos num intenso debate em torno de temas como a carreira docente e sua remuneração, o seu papel no sistema de ensino superior do País, as formas de financiamento, e mais recentemente o custo do ensino superior.

O custeio de uma universidade, a rigor, insere-se num contexto amplo, a dos recursos destinados às instituições de ensino superior, tendo em vista que uma das principais funções do Estado está em permitir uma ação mais democrática em relação ao ingresso na educação superior, considerando os direitos legítimos do cidadão e permitindo as mesmas oportunidades de acesso a todos independentemente da condição econômica e social de cada um. Portanto, sendo de todos é indispensável que existam formas públicas de assegurá-lo.

De acordo com Lobo (2004) este é, portanto, o maior e principal problema de financiamento do setor privado, que vive de mensalidades, depende de alunos com condições de pagá-las e que não pode conviver, como qualquer setor, com uma inadimplência contumaz.

Neste sentido o presente trabalho busca, por meio de uma revisão literária, abordar alguns aspectos do financiamento e do custo do ensino superior nas instituições públicas e privadas, bem como visa identificar algumas fontes alternativas de recursos que possam vir a dar suporte as IES, na tarefa de fornecer um ensino de qualidade que seja acessível a um número cada vez maior de brasileiros.

2. Relações da Universidade com a Sociedade

A Universidade é uma instituição milenar que ao longo da história tem se mostrado como uma organização gestora do conhecimento e da cultura universal, podendo ser considerada como uma conquista da civilização, que se consolidou e ganhou legitimidade como instituição por mostrar-se capaz de transmitir e produzir novos conhecimentos (NOVO, 2004).

Historicamente, de acordo com Melo (2002) as universidades tiveram um papel importantíssimo no desenvolvimento e aperfeiçoamento das grandes invenções, geraram ciência e tecnologia que se puseram a serviço da sociedade e conseqüentemente foram responsáveis por mudanças no comportamento do ser humano em sociedade.

Ao longo da história, as instituições de ensino superior têm se mostrado refratárias às pressões externas e resistem a transformações radicais que as façam sofrer mudanças bruscas. Entretanto, as funções exigidas pela sociedade com relação às universidades vêm sendo alteradas ao longo do tempo, e sempre no sentido de sua expansão (AMARAL, 2003).

Na visão de Moraes (2001) muitos são os fatores do ambiente que geram impactos nas organizações universitárias retirando cada vez mais do seu dia-a-dia a crença pela certeza. Além de todas as forças que comumente afetam as demais organizações, as universidades passam por dificuldades decorrentes da inércia da própria instituição, da expansão do ensino superior e da intervenção normativa do governo, tanto na sua organização quanto em seu funcionamento.

Para Rossato (1998) a Universidade desempenha um papel social muito relevante e assim como a sociedade muda, também se transforma e muda e vai adquirindo novas formas e funções, sendo que, segundo o autor, esta capacidade de adaptação e mudança é uma das principais causas de sua sobrevivência ao longo do tempo.

Nos dias atuais, o grau de complexidade das atividades desenvolvidas pela instituição universitária, adquire proporções inimagináveis para uma parcela significativa da população, que se acostumou, ao longo do tempo, a enxergar apenas uma das suas funções mais visíveis que é a de formadora de recursos humanos para o mercado de trabalho. Panizzi *apud* Novo (2004), reconhece a relevância da função universitária referente à formação de profissionais, mas considera esta atividade apenas uma, entre as tantas desempenhadas pela instituição, e argumenta que, ao produzir conhecimento, ciência, tecnologia, arte, cultura, identidade, riqueza material e valores, não está beneficiando apenas o diplomado, mas a sociedade como um todo.

De acordo com Rossato (1998) a instituição universitária evoluiu muito no século XX, sendo inegável sua importância no campo do saber, da ciência e contribuição na evolução da humanidade, e que jamais ocupou um lugar tão importante e atingiu tantos milhões de pessoas, tornando-se passagem obrigatória para praticamente todas as gerações que dirigem o mundo.

No Brasil, a experiência universitária, se comparada aos demais países é bastante recente, visto que as mais antigas universidades brasileiras ainda não completaram um século de existência. No entanto, apesar do pouco tempo a educação superior tem dado uma contribuição de grande importância para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.(NOVO, 2004).

3. Os Custos do Ensino Superior

Segundo Kraemer (2005) a questão relativa a custos passou a representar um item de extrema importância na gestão das organizações, após a abertura do mercado como conseqüência dos passos velozes da globalização. Com isto, o ambiente de extrema competição no qual a maioria das empresas está inserida tem levado os gestores a buscarem por uma série de recursos que possam auxiliá-los no processo de melhor gestão do negócio.

Na opinião de Freitas (2005) compreender custos é particularmente difícil para as IES. Segundo o autor "os procedimentos tradicionais de contabilidade de custos foram projetados para monitorá-los quando estão associados ao consumo de matérias-primas, depreciação e mão-de-obra, ou seja, para mercadorias."

O modelo de custeio *Activity Based Cost* – ABC (Custeio Baseado em Atividades) é uma abordagem que analisa o comportamento dos custos por atividade, estabelecendo relações entre as atividades e o consumo de recursos, independente de fronteiras departamentais, permitindo a identificação dos fatores que levam a empresa a incorrer em custos (FREITAS, 2005)

Kraemer (2005) corrobora afirmando que dentre as várias metodologias para apuração e controle de custos o ABC vem se destacando no meio acadêmico e empresarial. Para a autora "a identificação dos custos com as atividades da organização é uma boa maneira de se medir o desempenho, pois se possibilita reconhecer e distinguir as atividades que agregam valor aos clientes."

Por sua vez Bornia (2002) afirma que "as informações fornecidas pelo ABC servem para dirigir a atenção da gerência às atividades responsáveis pelos custos, possibilitando uma melhor visualização dos impactos causados por decisões e melhor controle dos custos fixos."

A partir desta premissa, é possível identificar de forma mais direta e correta, o quanto as atividades que realmente agregam valor no bom desempenho do curso contribuem para a formação de seu custo, assim como a contrapartida de quanto àquelas atividades que não agregam valor direto estão pesando nos custos daquele mesmo curso (FREITAS,2005).

Esta metodologia, segundo Freitas (2005) já vem sendo implantada com sucesso nas mais prestigiosas IES internacionais e pelas IES brasileiras particulares que se destacam pela excelência administrativa e que, por conseqüência, vêm destacando-se também nas avaliações acadêmicas.

4. O financiamento do Ensino Superior

A constituição Federal de 1988 assegurou no seu Capítulo III, da educação, cultura e desporto, no artigo 205 que, "a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". No artigo 211, do mesmo Capítulo, §1º assegura que "a União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória". No artigo 212 ficou estabelecido que, "a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino" (CF, 1988, p. 137-140).

A LDB reafirma em seu artigo 54 que, "as universidades mantidas pelo poder público gozarão, na forma da lei de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal" e, no artigo 55 fica assegurado que "Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas (LDB, 1996)".

Numa primeira visão, tem-se a impressão que os recursos destinados à educação são significativos e suficientes para o seu funcionamento, entretanto, quando se faz uma análise comparativa com outros países, na mesma área, percebe-se que ainda há muito que fazer. Dados da UNESCO (1998) e Banco Mundial (1999), demonstram que o campeão em investimento nessa área é a Suécia. Esse país investe cerca de 2.200 dólares/habitante/ano, seguida pela Suíça, com aplicações da ordem de 2.100 dólares/habitante/ano. Para não ficar apenas nos extremos, cita o caso dos EUA, Canadá, Japão Austrália, França, Alemanha, entre outros, com investimento em torno de 1.500 dólares/habitante/ao. Na ponta extrema encontram-se países como Argentina, Brasil e México, aplicando cerca de 200 dólares/habitante/ano. Grosso modo, falta muito para que o país saia do estado de miséria (RISTOFF, 1999)

Bruneforth et all (2004) em um estudo sobre 16 países de economia emergente, patrocinado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), chegam à conclusão de que nas duas últimas décadas os investimentos em capital humano podem ter contribuído com 0,5 % para a taxa de crescimento anual desses países.

O relatório confirma que a educação não só aumenta a riqueza nacional como traz vantagens para os indivíduos, o que naturalmente não surpreende. As pessoas que têm mais tempo de estudo se dão muito melhor no mercado de trabalho: são maiores as suas possibilidades de conseguir e manter um emprego, e quanto mais títulos têm, mais ganham. Na Indonésia, por exemplo, os homens que chegaram ao nível terciário ganham em média cerca de 82 % mais do que aqueles que só têm um diploma secundário. No Paraguai, essa diferença chega a 300 %.

Entretanto a Constituição Federal Brasileira no artigo 213, veda a alocação de recursos públicos para as instituições privadas de ensino, com exceção para as confessionais, comunitárias e filantrópicas. Excetuam-se, também, os recursos destinados à pesquisa e extensão.

O financiamento institucional brasileiro reúne as organizações estatais ou paraestatais que atuam no apoio a expansão e modernização de infra-estrutura e no fomento a pesquisa. Entre as principais fontes institucionais estão o BNDES e a Finep.

O BNDES, por meio de seu Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, possibilita as IES obterem financiamento para projetos de investimento que visem à ampliação e modernização das instalações e equipamentos das universidades.

Já a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e atua principalmente com ênfase voltada para projetos de inovação tecnológica capazes de conferir maior competitividade aos diversos setores econômicos do país.

Outros organismos de fomento a pesquisa, tais como CNPq, Capes, Fapesp, Faperj tem sua atuação voltada ao fomento à pesquisa e na formação de recursos humanos voltados para as atividades de ciência e tecnologia. Sua atuação tem se dado, principalmente, por meio

de bolsas de estudo destinadas aos pesquisadores, nos programas de mestrado e doutorado, com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

As instituições privadas de ensino superior, que de um modo geral, estão mais voltadas para o ensino da graduação, possuem poucas alternativas para financiamento dos seus gastos. O custeio, nestas instituições, tem sido tradicionalmente efetuado por meio da cobrança de mensalidades dos alunos.

Segundo Schwartzman (2004) a experiência internacional mostra – e o caso brasileiro não se constitui numa exceção – que dificilmente uma universidade que tenha padrão de qualidade na graduação, pesquisa, pós-graduação *"stricto-sensu"* e extensão podem se custear, apenas, com a cobrança de mensalidades.

5. Fontes Alternativas de Financiamento

A busca de alternativas para o financiamento da educação superior, passa a ser de fundamental importância, especialmente para as instituições privadas, que necessitam conciliar a tarefa de oferecer um ensino de qualidade a um custo que possa ser suportado pelas famílias brasileiras.

Vahl (1980) em estudo sobre o financiamento do ensino superior no Brasil, já apontava para a necessidade das IES buscarem novas fontes alternativas de financiamento.

Ao contrário do que ocorre em países desenvolvidos, onde as parcerias públicas e privadas para pesquisas e as doações são práticas comuns, que ajudam a manter o ensino superior particular, no Brasil as universidades privadas dependem quase que exclusivamente das mensalidades dos alunos.

Melo (2002) afirma que as universidades brasileiras não terão outro caminho senão o de incrementar cada vez mais a cooperação com o segmento empresarial, buscando encontrar mecanismos facilitadores que viabilizem uma cooperação que resulte em benefícios tanto para as instituições de ensino superior quanto para as empresas e para a sociedade em geral.

Estas parcerias poderiam propiciar as Universidades privadas, a possibilidade de maiores recursos investidos, principalmente em pesquisa, que no futuro, poderiam resultar em fonte de recursos para as mesmas, por meio da cobrança de *royalties*, sobre os resultados alcançados. No entanto, Melo (2002) alerta para a atenção que deve ser dedicada aos aspectos legais e sociais desta parceria, principalmente por envolver questões muitos sérias, como a propriedade intelectual e missão da universidade.

Uma importante fonte de receitas das Universidades dos países desenvolvidos são os patrocínios e as doações de ex-alunos, as quais representam uma parcela substancial de recursos para as universidades - no caso da *Stanford University*, dos Estados Unidos esta parcela representa aproximadamente 39 % de suas receitas - (STANFORD, 2005). No Brasil, estas práticas ainda se constituem de fatos raros e necessitam ser mais bem exploradas pelos gestores da IES, quer seja na busca de patrocínios para as suas ações, bem como na melhoria do relacionamento com os ex-alunos, que via de regra, tem o seu vínculo com a instituição rompido no dia da formatura. É uma questão cultural, sem expectativas de mudança a curto prazo.

Outro caminho a ser seguido é o de atrair recursos de investidores brasileiros e estrangeiros, através do mercado financeiro. Neste aspecto vale citar iniciativa da Universidade Luterana do Brasil – Ulbra, sediada em Canoas no Rio Grande do Sul, que lançou no mercado duzentos e cinco milhões em debêntures no ano de 2003.

No mercado financeiro soluções muito criativas têm surgido nos últimos anos para implementar estratégias mais adequadas ao perfil e as necessidades de cada instituição, e que

podem representar excelentes oportunidades para a IES. Sabbag (2002) referindo-se ao financiamento privado do ensino superior destaca duas alternativas que são: os fundos imobiliários e a securitização de recebíveis.

Os fundos imobiliários foram amplamente utilizados pelos bancos, para se desimobilizarem sem interromper suas operações. Os ativos imobilizados, como os prédios da instituição, são vendidos a um fundo de investimento, que os realoca a instituição. Já a securitização de recebíveis é uma alternativa basicamente de compra a vista, mediante um desconto, dos fluxos futuros de receitas da instituição.

Outras opções, tais como a implantação de parques tecnologócios, de incubadoras de base tecnológica e empresarial, de centros de pesquisas, seriam apenas algumas das múltiplas opções que poderiam vir a ser financiada pela iniciativa privada, desde que haja uma boa cooperação e integração entre as instituições de ensino e a sociedade.

6. Considerações Finais

A questão do custeio do ensino superior, especialmente nas instituições privadas, como se pode verificar, é um tema que está a merecer a preocupação dos governantes e aprofundados estudos, que visem, principalmente, identificar novas fontes de recursos.

Possibilitar o acesso ao ensino superior a uma parcela cada vez maior de brasileiros é um desafio a ser enfrentado, não só pelos governantes, mas por toda a sociedade organizada, especialmente o segmento empresarial. Para tanto é preciso romper com os velhos paradigmas, para que seja possível compreender que os novos tempos trazem não só novas necessidades, mas também novas oportunidades.

No entanto, estas novas oportunidades, exigem ações novas e diferenciadas que sejam capazes de desencadear um circulo virtuoso que possa levar à construção de uma nova universidade brasileira.

A qualidade, a capacidade de ser diferente e a busca pela inovação permanente, passa a se constituir em condição essencial para as instituições educacionais que almejam um lugar ao sol neste novo milênio, num mercado altamente competitivo como o educacional.

Neste aspecto, cresce em importância, a fiscalização e o controle do MEC nas instituições de ensino superior, para que não se permita que a competição entre as instituições venha a produzir um ensino superior de qualidade inferior.

As parcerias com o segmento empresarial, neste momento em que o país vive um intenso processo de transformação, em todos os níveis da sociedade, representa um caminho a ser percorrido, na busca de novas fontes de financiamento, que possam possibilitar o acesso ao ensino superior a uma parcela cada vez maior da sociedade brasileira.

Neste sentido, conclue-se que o futuro da educação superior brasileira, ainda verá passar algum tempo até que o país se convença da importância de aplicar seriamente na universidade pública. Porquanto, o país encontra-se tão obcecado pela idéia de eficiência e corte de gastos públicos que se tornou incapaz de atentar para o retorno social, educacional e mesmo financeiro que o investimento em educação representa.

Na realidade, constata-se que o primeiro matador silencioso da educação é a crise financeira pela qual passa o país. Ristoff cita o caso da amortização dos juros da dívida externa e os cálculos efetuados pelo professor Elias Jorge da Universidade Federal de Minas Gerais. Os resultados indicam que menos de três meses de EFU (Encargos Financeiros da União) em 1998, valiam um ano de educação (12 bilhões), enquanto os EFUs de um ano representavam, nada mais nada menos que 102 anos do CNPq (RISTOFF, 1999)

Assim, o custeio do ensino superior, pelo menos o público, continuará sendo um problema de difícil solução. Que existem outras questões a serem revistas na educação superior não há dúvidas. Entretanto, financiamento é vital, e as instituições de ensino superior, independentemente de sua categoria, precisam de investimentos públicos para a sua permanência no mercado.

Não se pode deixar de refletir sobre a importância da educação superior para o desenvolvimento econômico e social dos países, e a Coréia do Sul mostrou ao mundo a importância da educação se transformando no maior exemplo do século XX, dentro desta área. Investir em educação, portanto, é apostar num futuro mais promissor para os milhares de jovens brasileiros egressos do ensino básico e para toda a Sociedade que se beneficiará dos conhecimentos científicos e tecnológicos, criados e sistematizados na universidade.

Referências

AMARAL, José Juparitã, *Fatores de desequilíbrio financeiro nas instituições de Ensino Superior:* Uma análise das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em administração), Universidade Federal de Santa Catarina-Florianópolis, 1999

AMARAL, Nelson Cardoso, *Financiamento da Educação Superior: Estado x Mercado*, Editora Unimep, Piracicaba (SP), 2003.

BORNIA, Antonio Cezar, *Análise gerencial de Custos: Aplicação em empresas modernas*, Bookman: Porto Alegre, 2002.

BRASIL, Censo da Educação Superior, MEC/INEP, 2003.

---------, *Constituição, 1988, Brasília*, Senado Federal, 2000.

BRUNEFORTH, Michael; MOTIVANS, Albert e ZHANG, Yanhong*, Investing in the Future: Financing the Expansion of Educational Opportunity in Latin America and the Caribean*, UNESCO, Institute for Statistics, Montreal, Canadá, 2004. Disponível em www.unesco.org. Acesso em 13.09.2004.

CERICATO, Domingo e MELO, Pedro Antonio de, *Financiamento da Educação Superior Brasileira: A Dura realidade das Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior,* Anais IV Colóquio Internacional de Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto, *Introdução à Teoria Geral da Administração,* Makron Books, São Paulo, 1993.

COLOSSI, Nelson, *La Universidad em el Contexto de las Transformaciones Globales:* Revista: A Gestão Universitária em Ambiente de Mudanças na América do Sul, Blumenau, Nova Letra, 2002.

FREITAS, Paulo, *Quanto custa um curso universitário,* Revista @prender virtual, disponível em www.aprendervirtual.com , acesso em 20.05.2005.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira, *O Custeio Baseado em Atividades e sua eficiência em Instituições de Ensino Superior,* Anais, IV Colóquio Internacional de Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2004.

LEI NR. 9394, de 20.12.1996, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*

LESSA, Carlos. Quase unanimidade: *Isto É,* São Paulo, n.1695, p. 9-13, 27 mar. 2002. Entrevista concedida a Hélio Contreiras.

LOBO, Roberto Leal, *O Financiamento do Ensino Superior Privado.* Disponível em www.loboeassociados.com.br. Acesso em 29.09.2004.

MELO, Pedro Antônio de *A Cooperação Universidade/Empresa nas universidades públicas brasileiras,* Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

----------, *Conjecturas sobre a cooperação Universidade/Empresa em universidades Brasileiras.* In.: A Gestão Universitária em Ambiente de Mudanças na América do Sul, Blumenau, Nova Letra, 2002.

MORAES, Mário César Barreto, *Aspectos Essenciais à Consolidação de um modelo de gestão para Instituições de Ensino Superior de administração privadas, em ambientes competitivos: Um estudo qualitativo em Instituições do Rio e São Paulo,* Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

NOVO, Luciana Florentino, *Importância da FURG no desenvolvimento econômico-social do município de Rio Grande,* Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. *Universidade em foco:* reflexões sobre a educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

ROSSATO, Ricardo, *Universidade: nove séculos de história*, Ediupf, Passo Fundo, 1998.

SABBAG, Zake, *Captação de recursos,* Revista Ensino Superior, Setembro, 2002.

SCHWARTMANN, Jacques, *Financiamento do Ensino Superior Particular,* Revista Estudos nr. 27, ABMES, Brasília, 2004. Disponível em www.abmes.org.br. Acesso em 13.09.04.

STANFORD UNIVERSITY, *Annual report 2004.* Disponível em www.stanford.edu. Acesso em 30.05.2005.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Institute for Statistics. Dados Estatísticos. Disponível em www.unesco.org . Acesso em 13.09.2004.

VAHL, Teodoro Rogério, *O Financiamento do Ensino Superior no Brasil,* Trabalho apresentado para o concurso de professor titular do Departamento de Ciências da Administração – área de conhecimento: Administração do ensino Superior – do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, Outubro de 1980.